

ESPAÇO ABERTO

Orçamento
de 1990

CÉSAR MAIA



O governo federal, com inexplicável atraso remete ao Congresso Nacional o orçamento de 1990. Até agora, o que se conhece são os números gerais e que menos de um mês depois, já foram alterados.

Um primeiro grande problema que temos são as estatísticas — em grande medida pelos efeitos da inflação. Hoje, para minimizar os problemas, costuma-se apresentar os dados macroeconômicos como porcentagem do PIB, e avaliar-se volumes em função da quantificação do PIB em dólares. O surpreendente é que cada um tenha o seu PIB em dólares. O governo, por exemplo, prefere US\$ 400 bilhões. Outras fontes oficiais do próprio governo preferem US\$ 350 bilhões, o que, inclusive, tem um maior consenso, e, por isto, o adotaremos.

Este ano, conforme preceitua a Constituição Federal, o governo apresentará três orçamentos: o tradicional Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social, e o Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais. A apresentação sintética dos números, expostos em valores de maio de 1989, exige uma primeira análise de coerência, para avançarmos, daí para a frente, num ambiente de confiança. Para tanto, adotaremos o câmbio de US\$ 1 por NC= \$ 1,2 e trabalharemos com um PIB de US\$ 350 bilhões.

Os últimos números do governo nos informam uma expectativa de Receitas Correntes de 9,6% do PIB, ou US\$ 33,67 bilhões. As Receitas Correntes Próprias, já retirando portanto as transferências constitucionais compulsórias para Estados e Municípios, alcançariam apenas 6,3% do PIB. Embora estas incorporem algum exagero, a diferença não é sensível. Este valor deve ser destacado, porque é o único importante para avaliar a dimensão da dívida pública interna federal.

Se a receita é a fonte de pagamento da dívida, de nada adianta compará-la com o PIB e olhar para o índice de outros países. O relevante é a comparação com a receita, o que, no caso, nos daria mais de duas vezes para a dívida mobiliária em poder do público, e cinco vezes, se incluirmos a carregada pelo Banco Central.

O valor das receitas com títulos, a seu serviço, apresentado no Orçamento, está muito além do razoável. São valores 44% superiores aos da dívida mobiliária registrada pelo Banco Central para maio de 1989. Isto se o governo estiver lançando no Orçamento Fiscal toda a dívida em títulos, é supondo que será inteiramente rolada em 1990 — o que, nos dois casos, não faz sentido. Se não... muito pior. Os dois principais impostos, O IR e o IPI, surgem adicionados de 1,5% do PIB, talvez já levando em conta as alterações que o governo encaminhará ao Congresso, o que, de qualquer forma, não se realizará plenamente em 1990.

As Despesas Correntes, excluídos o serviço da dívida e os investimentos, somam US\$ 37 bilhões, ou 10,5% do PIB, apontando para um déficit primário de quase 1% do PIB, o pior resultado das últimas décadas. Isto que as Despesas de Pessoal, de 3,5% do PIB, parecem subestimadas, principalmente se comparadas com os últimos três anos. Por seu turno, o orçamento da Seguridade Social sugere uma inchação que não acreditamos que as medidas constitucionais aplicadas, e em aplicação, sejam suficientes para explicar. Tomando como base o relatório do Ipea acerca dos gastos sociais, e dentro dele os recursos do F.P.A.S., chegaremos a valores pelo menos 50% inferiores. No Orçamento da Seguridade, informam-se valores de 11,4% do PIB, ou praticamente US\$ 40 bilhões, enquanto, nos últimos anos, os valores mal alcançaram 5% do PIB, e no melhor ano de uma série de dez anos, se aproximaram de 7% do PIB. Em todos os casos, são valores próximos a US\$ 15 bilhões. Nem os números mais pessimistas apresentados pelo governo durante a discussão do reajuste dos proventos e pensões chegaram a 70% do valor orçado.

Finalmente, o Orçamento de Investimentos das Estatais é o mais importante de todos, por seu caráter político. Além de produzir maiores restrições ao futuro, o Congresso tem plena liberdade de alterá-lo, guardado à seu volume. Ele mal atinge 3% do PIB, prevendo valores baixíssimos para, por exemplo, o setor energético. Os valores da Eletrobrás e Petrobrás são eloquentes: 0,8% do PIB, cada. A expectativa de reajuste das tarifas também parece modesta, tendo em vista a defasagem dos últimos 15 anos. Em geral ficam na metade do caminho.

Como os dados foram retirados de um relatório ainda não oficial, confiamos que venha a tempo o bom senso, e os valores sejam sensivelmente reforçados. Assim, a próxima administração começaria a trabalhar com o oxigênio necessário. Como estamos apenas no início do processo, algumas destas preocupações expostas podem não se realizar, ser explicadas ou ajustadas. Discutir orçamentos é sempre peça central da prática democrática: e a partir da transparência.

☐ César Maia foi Secretário da Fazenda do Rio e é deputado pelo PDT.